

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	25
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	27
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	28
10.5 - Políticas contábeis críticas	31
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	33
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	34
10.8 - Plano de Negócios	35
10.9 - Outros fatores com influência relevante	38

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O negócio da OSX depende significativamente do nível de atividade do setor de óleo e gás no Brasil, particularmente da disposição das companhias de óleo e gás em investir na condução de operações de exploração, desenvolvimento e produção *offshore*. O nível de investimento depende em geral dos preços futuros do petróleo e gás natural, os quais são influenciados por diversos fatores que afetam o fornecimento e a demanda por petróleo e gás natural, incluindo, entre outros:

- condições econômicas e políticas no Brasil, Oriente Médio e em outras regiões produtoras de petróleo;
- disponibilidade de crédito, preços e tendências gerais;
- ações adotadas pela OPEP;
- níveis de produção dos países que não fazem parte da OPEP;
- disponibilidade e descoberta de novas reservas de petróleo e gás natural nas áreas marítimas brasileiras;
- custo da exploração *offshore*, produção e transporte do petróleo e gás natural;
- capacidade das empresas de petróleo e gás de gerar recursos ou de outra forma obter capital externo para as operações de exploração, desenvolvimento e produção;
- prazos de concessão dos blocos de exploração no Brasil e em outros países;
- avanços tecnológicos que afetam a exploração, a produção, o transporte e o consumo de energia;
- condições climáticas;
- regulamentações ambientais ou governamentais;
- políticas fiscais;
- políticas adotadas por diversos governos relativas à exploração e ao desenvolvimento das reservas de petróleo e gás natural; e
- o ambiente militar e político mundial, incertezas ou instabilidades resultantes do aumento ou de hostilidades acionais ou outras crises no Oriente Médio e em outras regiões produtoras de petróleo e gás natural ou outros atos de terrorismo nos Estados Unidos ou em outros países.

Preços mais baixos do petróleo e gás natural, ou estimativas acerca da redução dos preços, poderão fazer com que as empresas exploradoras e produtoras de petróleo e gás natural cancelem ou reduzam seus programas de perfuração, ou, ainda, reduzam seus níveis de investimento para as atividades de exploração e produção. Adicionalmente, existem diversos outros fatores que podem afetar as decisões de investimento, incluindo atividades de explorações malsucedidas. Na medida em que os preços do petróleo e gás diminuam e/ou a exploração e produção sejam reduzidas, a demanda pelos serviços oferecidos pela OSX pode diminuir, causando um impacto adverso relevante em suas atividades.

Risco de taxas de câmbio

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associadas ativos e passivos da Companhia.

A Companhia trabalha no gerenciamento do risco cambial no âmbito do consolidado de suas controladas para identificar e dirimir os riscos associados à oscilação do valor das moedas às

quais estão associados ativos e passivos globais. O objetivo é identificar ou criar proteções naturais, aproveitando a sinergia entre as operações das empresas controladas da OSX Brasil. A ideia é minimizar o uso de derivativos de proteção, realizando o gerenciamento do risco cambial sobre a exposição líquida.

Instrumentos derivativos são utilizados nos casos em que não é possível utilizar-se da estratégia do hedge natural.

Risco de taxas de juros

Risco de deslocamento das estruturas de juros que podem estar associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros de dívida.

Em dezembro de 2013, o Grupo OSX possuía aproximadamente 60% de sua dívida indexada a taxas prefixadas e/ou devidamente prefixadas através de instrumentos derivativos. Isso agrega um alto índice de previsibilidade ao fluxo de pagamento das empresas. O risco associado ao descolamento das taxas fixas em relação a seus mercados de referência é permanentemente monitorado em função da marcação a mercado em seus balanços, todavia, as empresas sempre liquidam suas operações no vencimento e na curva original.

- Operações protegidas por instrumentos derivativos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Em novembro de 2010 a OSX, em sua subsidiária offshore OSX Leasing Group, estabeleceu contrato de swap de taxa de juros com o banco HSBC, também offshore, a fim de se proteger dos riscos de flutuação da dívida de longo prazo da OSX 1 indexada à taxa Libor. Dessa forma, a posição passiva em Libor foi trocada por exposição prefixada, com estrutura variável ao longo do período da operação com taxa média de 1,91% ao ano.

A OSX Leasing Group B.V. encerrou no primeiro trimestre de 2014 o contrato de swap de taxa de juros que possuía junto ao HSBC Bank.

Contabilidade de hedge (hedge accounting de fluxo de caixa)

Em relação à sua controlada OSX LG, o investimento em Capex referente à aquisição e customização do FPSO OSX 1 foi realizado com 70% de financiamento de longo prazo do DVB Bank, e 30% com capital próprio.

No 4º trimestre de 2010, a Companhia constituiu uma dívida de longo prazo em duas tranches, com o sindicato de bancos liderado pelo DVB Bank, no montante de USD420 milhões e indexada à taxa Libor de 3 meses. A dívida continha 29 amortizações, sendo a primeira realizada em 30 de agosto de 2011 e a última, prevista para 30 de agosto de 2018. Com o objetivo de se proteger dos riscos de taxa de juros flutuantes associados aos cupons desse empréstimo, durante os anos de vigência da dívida, a Companhia contratou, no mesmo momento da aquisição da dívida, um instrumento derivativo (swap de fluxo de caixa de taxa de juros) com vencimentos trimestrais nas mesmas datas dos vencimento da dívida, anulando portanto o risco da variação da Libor. Os valores de referência do instrumento derivativo referem-se à expectativa de desembolso acumulado das duas tranches dos financiamentos de longo prazo com o DVB.

Em 2014, a companhia não realizou operações protegidas por instrumentos derivativos (hedge).

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e de suas controladas sofrerem perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Em função da queda acentuada do preço do petróleo no mercado internacional, a Companhia concordou no dia 13 de março de 2015 com o pedido formulado pela OGPar visando a suspensão, pelo prazo de seis meses, dos pagamentos devidos por esta última a título de contraprestação pelo afretamento do FPSO OSX 3. Ao longo desse período, a Companhia considera a possibilidade de alterações nos termos do contrato de afretamento dessa plataforma, de forma que a produção de petróleo no Campo de Tubarão Martelo se mantenha economicamente viável e seja garantido um fluxo de pagamentos pelo afretamento da unidade ao longo da vida do Campo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio. A exposição máxima ao risco de crédito pode ser representada pelo saldo das aplicações financeiras e contas a receber.

Quadro de risco de crédito	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e equivalente de caixa	1.658	11.407
Aplicações financeiras	54.939	1.174
Clientes	276.884	37.716
Depósitos vinculados	-	47.729
	333.481	98.026

Risco de liquidez

Em condições normais, a Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, ativo financeiro disponível para venda suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Entretanto, devido às dificuldades financeiras da Companhia, a OSX Brasil, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços, ajuizou pedido de recuperação judicial, em 11 de novembro de 2013, na Comarca da

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Capital do Estado do Rio de Janeiro, deferido no dia 26 de novembro de 2013. No dia 17 de dezembro de 2014 ocorreu, em Assembleia Geral de Credores, a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, sendo a mesma homologada em 19 de dezembro de 2014 com data de publicação no dia 8 de janeiro de 2015. Dessa forma, os pagamentos de partes das obrigações da Companhia estão sendo tratados segundo os termos previstos no referido plano.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado.**

- a. Riscos para os quais se busca proteção**
- b. Estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)**
- c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)**
- d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**
- e. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos**

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus comparada às vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista nas políticas de gerenciamento de risco em vigor.

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) é feita por meio de análise da exposição ao risco (câmbio e taxa de juros, entre outros riscos) e obedece à estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos é avaliada no contexto econômico e operacional e ocorre quando a Administração considera o risco relevante.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Diretoria Financeira: (i) identificar e quantificar a necessidade de contratação de operações de *hedge* para a Companhia;

Diretor Presidente (CEO): (i) apresentar ao Conselho de Administração a estratégia recomendada; (ii) delegar, formalmente, a outrem suas responsabilidades;

Conselho de Administração: (i) deliberar sobre a recomendação e aprová-la ou não;

Gerência Geral de Tesouraria Corporativa: (i) deliberar sobre a necessidade de uma operação de *hedge*; (ii) operacionalizar as contratações de *hedge*; (iii) controlar/gerir a estratégia aprovada pelo Conselho de Administração.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia vem desenvolvendo ações para o estabelecimento de bases sólidas em seus negócios voltadas para a gestão de riscos e, conseqüentemente, para o aprimoramento do seu ambiente de controle, destacando-se neste aspecto a estrutura de políticas e normas em conformidade com as melhores práticas de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada

Vide exposição descrita no item 4.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Conforme disposto no artigo 36 da Instrução CVM nº 480 de dezembro de 2009, a Companhia está dispensada da divulgação das informações previstas neste item do Formulário de Referência por se encontrar em Recuperação Judicial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.4 Outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "5".

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades que seriam construídas na Unidade de Construção Naval do Açu (“UCN Açu”) e de contratos de afretamento e operação e manutenção de unidades FPSOs e WHPs. Em outubro daquele ano, a Oleo e Gás Participações S.A. (“OGpar”), principal cliente da Companhia, ajuizou na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, seu pedido de recuperação judicial, em conjunto com as controladas, Dommo Energia S.A. (atual denominação da OGX Petróleo e Gás S.A. (“Dommo”), OGX International GmbH e OGX Austria GmbH.

No dia 08 de novembro de 2013, em vista da situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o Conselho de Administração aprovou o pedido de recuperação judicial da OSX, como instrumento relevante para assegurar a preservação do interesse dos acionistas, empregados e credores, promovendo assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica. O pedido de recuperação judicial da OSX, em conjunto com suas subsidiárias OSX Construção Naval S.A. - Em recuperação judicial (“OSX Construção Naval”) e OSX Serviços Operacionais Ltda. - Em recuperação judicial (“OSX Serviços Operacionais”) (as “Recuperandas”), foi ajuizado em 11 de novembro de 2013, na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Em 17 de dezembro de 2014, os planos de recuperação judicial das Recuperandas foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e, em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio de Janeiro homologou os três planos de recuperação judicial. A publicação da homologação dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015, todavia sujeito à solução dos agravos de instrumento impetrados por certos credores.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos Planos de Recuperação Judicial da OSX e da OSX Construção Naval.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2017, a Companhia registrou receita bruta de aproximadamente R\$10,6 milhões. As receitas são oriundas do contrato de aluguel de parte da área do Açú e parte do ativo não circulante. A receita bruta registrada em 2016 foi de aproximadamente R\$1,1 milhões; e, em 2015, de aproximadamente R\$188,7 milhões.

O EBITDA consolidado de 2015 foi negativo em R\$ 834 milhões. Neste resultado verifica-se o registro de R\$ 338 milhões referentes a impactos da desconsolidação contábil de subsidiárias no exterior.

O EBITDA consolidado de 2016 foi negativo em R\$ 925 milhões. Neste resultado verifica-se o efeito positivo de R\$ 399 milhões referente à desconsolidação.

O EBITDA consolidado de 2017 foi negativo em aproximadamente R\$ 165 milhões. Houve uma redução nas despesas administrativas e não possui mais os efeitos da desconsolidação.

O endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 era de aproximadamente R\$ 2,9 bilhões. Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento consolidado da Companhia era de aproximadamente R\$ 3,3 bilhões. Já em 31 de dezembro de 2017 era de aproximadamente R\$ 3,7 bilhões. A OSX vem negociando as condições de seus empréstimos e financiamentos, buscando adequá-los ao plano de Recuperação Judicial da Companhia.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2017 era de aproximadamente R\$ 1,9 milhões; em 31 de dezembro de 2016, aproximadamente R\$ 890 mil; e em 31 de dezembro de 2015, aproximadamente R\$ 8,8 milhões.

Solvência	2017	2016 Reapresentação	2015 Reapresentação
Ativo circulante	9.423	31.532	134.074
Passivo circulante	445.183	454.355	304.026
Índice de liquidez corrente	0,02	0,06	0,44

Ativo circulante	9.423	31.532	134.074
Impostos a recuperar (ativo não circulante)	48.296	50.916	64.717
Passivo circulante	445.183	454.355	304.026
Passivo não circulante	4.841.513	4.292.062	3.851.890
Índice de liquidez geral	0,01	0,02	0,05

Estrutura Patrimonial	2017	2016 Reapresentação	2015 Reapresentação
------------------------------	-------------	--------------------------------------	--------------------------------------

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Passivo circulante	445.183	454.355	304.026
Passivo não circulante	4.841.513	4.292.062	3.851.890
Patrimônio líquido	-3.542.911	-3.058.932	-2.343.246
K terceiros x K próprio	-1,49	-1,55	-1,77
Passivo circulante	445.183	454.355	304.026
Passivo não circulante	4.841.513	4.292.062	3.851.890
Ativo total	1.743.785	1.687.484	1.812.670
Índice de endividamento geral	3,03	2,81	2,29

Na tabela K significa capital

b. Estrutura de capital

A estrutura de capital da OSX em 2017 apresentava R\$ 445 milhões Passivo Circulante e R\$ 4,8 bilhões Passivo Não-Circulante, representando R\$ 3,7 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 3,5 bilhões.

A estrutura de capital da OSX em 2016 apresentava R\$ 454 milhões Passivo Circulante e R\$ 4,3 bilhões Passivo Não-Circulante, representando R\$ 3,3 bilhões de recursos de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 3 bilhões.

A estrutura de capital da OSX em 2015 apresentava R\$ 304 milhões de Passivo Circulante e R\$ 3,85 bilhões de Passivo Não-Circulante, representando R\$ 2,9 bilhões de recursos provenientes de terceiros e Patrimônio Líquido Negativo de R\$ 2,3 bilhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, durante o segundo semestre de 2013, a OSX enfrentou um agravamento da sua situação financeira, incluindo o cancelamento de encomendas de unidades e o cancelamento de contratos de afretamento e operação e manutenção de FPSOs e WHPs. Dessa forma, em 11 de novembro de 2013, devido à situação conjuntural da Companhia, que a impedia de honrar o pagamento de obrigações vencidas e com vencimento no curto prazo, o pedido de recuperação judicial da OSX foi ajuizado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Durante o ano de 2014, a Companhia apresentou os planos de recuperação judicial das Recuperandas que foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores e em 19 de dezembro de 2014, o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Rio

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Janeiro homologou os três planos de recuperação judicial. A publicação da homologação dos referidos planos ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015.

No dia 30 de janeiro de 2015, a Caixa Econômica Federal (Credora Extraconcursal Anuente) concedeu sua anuência aos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval. A obtenção desta anuência era condição suspensiva para a eficácia e implementação dos planos de recuperação judicial da OSX e da OSX Construção Naval.

Em 03 de agosto de 2015 a OSX Construção Naval, como premissa ao processo de readequação do plano de negócios da UCN Açú e em cumprimento ao plano de recuperação judicial, celebrou com a Prumo do Açú o Contrato de Gestão, para implementação da melhor estrutura jurídica e operacional para exploração e desenvolvimento da UCN Açú.

Em 01 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou com a Prumo um contrato de aluguel que prevê uma remuneração mensal mínima de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) em troca da locação da principal área molhada do Porto do Açú pelo prazo de 20 anos.

Paralelamente a Prumo continua obrigada pelo acordo de comercialização a obter novos clientes, objetivando a geração de recursos para que a Companhia tenha condições de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do Plano.

Em R\$ milhões	2017	2016	2015
Dívida bruta	3.729,1	3.377,9	2.951,7
Caixa e equivalentes de caixa	1,9	0,89	8,8
Dívida líquida	3.727,2	3.377,0	2.942,9

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de receitas da Companhia em 2017 foi o Contrato de Locação firmado com a Prumo.

Contrato CEF

Em 27 de abril de 2012, a OSX Construção Naval recebeu R\$ 400 milhões em uma linha de empréstimo-ponte junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) destinada à implantação da UCN Açú (“Contrato CEF”).

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O prazo de pagamento do Contrato CEF era de 18 meses, com vencimento previsto contratualmente em 19 de outubro de 2013, sendo principal e juros pagos ao final do período ou com recursos dos primeiros desembolsos do empréstimo de longo prazo do FMM - Fundo da Marinha Mercante, para o qual a UCN Açu recebeu prioridade de financiamento em junho de 2011.

A Caixa Econômica Federal aprovou a extensão do vencimento do Contrato CEF para 19 de outubro de 2014 e o contrato de garantia desse empréstimo, firmado com o Banco Santander S.A. ("Santander"), também foi aditado pelo mesmo prazo.

Com a aprovação do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval, o Contrato CEF passou a estar sujeito aos seus termos e condições, tendo sido aditado, de modo que o prazo de vencimento passou a estar previsto para 2036.

Financiamento DIP

Em 15 dezembro de 2015 a OSX Construção Naval celebrou o Instrumento Particular de Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional ("Escritura de Emissão de Debêntures DIP") em 8 (oito) séries, como financiamento extracurricular para os fins do seu plano de recuperação judicial ("Emissão de Debêntures DIP").

Os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries ímpares foram destinados ao pagamento de despesas relacionadas à recuperação judicial e de determinados investimentos em capital e despesas operacionais para a manutenção das atividades da OSX Construção Naval, conforme previsto no seu plano de recuperação judicial.

Já os recursos obtidos mediante a Emissão de Debêntures DIP de séries pares foram destinados ao reperfilamento de dívidas da OSX Construção Naval junto a credores financiadores que integralizaram as Debêntures DIP mediante a capitalização de seus créditos concursais e/ou extraconcursais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

vide item 10.1.d.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como o cumprimento de restrições

Financiamento DIP

Os créditos decorrentes da Emissão de Debêntures DIP serão pagos e amortizados em até 10 (dez) anos, renováveis por mais 10 (dez) anos, como amortização programada do valor principal, juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI sobre o valor unitário de cada debênture, na forma da Escritura de Emissão de Debêntures DIP.

Sem prejuízo das condições de pagamento previstas, as debêntures serão amortizadas extraordinária e compulsoriamente nas hipóteses de existência de recursos excedentes disponíveis na Conta Centralizadora e/ou evento de pagamento antecipado por venda de ativos, nos termos da cláusula 1.1.86 do plano de recuperação judicial da OSX Brasil S.A..

O plano de recuperação judicial da Companhia prevê a destinação das receitas auferidas pela Companhia, que estão subordinadas ao pagamento de (i) todos os custos e despesas, diretos e indiretos, de operação e manutenção da área cedida à OSX com exploração de suas atividades; (ii) o aluguel corrente devido à Prumo pela cessão de direito de uso da área do Porto do Açu; (iii) despesas gerais e administrativas da Companhia; (iv) o aluguel diferido devido à Prumo. Após quitação dos referidos créditos, a integralidade das receitas geradas pela Companhia a partir da exploração da área do Porto do Açu será destinada à amortização dos créditos decorrentes da subscrição das Debêntures DIP de séries ímpares de emissão da Companhia, tendo em vista que constituem créditos extraconcursais que deverão ser pagos com precedência aos demais créditos, da forma definida na Escritura de Emissão de Debêntures DIP.

Em caso de falência da OSX Construção Naval, os créditos decorrentes da Emissão de será pago com procedência a outros créditos da Emissão de Debêntures DIP serão pagos com procedência, inclusive do pagamento de outros créditos extraconcursais, observado o disposto nos artigos 84, 85, 149 e demais disposições aplicáveis da Lei de Falências. Já os créditos que forem utilizados pelos credores concursais e/ou credores extraconcursais aderentes ao plano de recuperação judicial para integralização das Debêntures DIP serão considerados novados, na forma da Escritura de Emissão das Debêntures DIP.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como restrições impostas à OSX Construção Naval, a Escritura de Emissão de Debêntures DIP prevê hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures DIP, casos em que será devido o valor unitário das Debêntures DIP, acrescido da respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis*.

Dentre as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures DIP, estão previstas, notadamente, mas não somente: falência da OSX Construção Naval, da Companhia e/ou de suas subsidiárias; extinção, liquidação e dissolução da OSX Construção Naval e/ou da Companhia; reorganizações societárias no âmbito da Companhia e/ou da OSX Construção Naval; descumprimento de obrigações pecuniárias previstas na Escritura de Emissão de Debêntures DIP; desapropriação ou nacionalização de ativos dados em garantia e/ou de titularidade da Companhia e/ou da OSX Construção Naval; dentre outras.

Contrato de Financiamento com a Caixa Econômica Federal

Em 27 de abril de 2012, a OSX Construção Naval celebrou o Contrato CEF, vide item 10.1.d.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato de financiamento entre CEF e OSX Construção Naval, como principal da dívida, juros e multas, a OSX constituiu, em favor da CEF, instrumentos de garantias, dos quais se destacam (i) propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem instalados nos imóveis utilizados para a instalação da UCN Açú; (ii) cessão condicional do direito de uso sobre todos os imóveis utilizados para a implantação da UCN; (iii) penhor de ações de emissão da OSX Construção Naval; (iv) fiança da OSX Brasil, representando a totalidade do saldo devedor do financiamento; dentre outros.

Dentre as hipóteses de vencimento antecipado do Contrato CEF, estão previstas, notadamente, mas não somente, a ocorrência de: (i) durante o prazo de vigência do contrato de financiamento, de alteração do controle efetivo, direto ou indireto, da OSX Construção Naval, sem prévia anuência da CEF; (ii) fusão, cisão, dissolução, incorporação, transformação, redução, abertura ou fechamento de capital sem anuência da CEF, salvos os casos onde seja mantido o controle indireto final pelo garantidor pessoa física do contrato e de transferência causa mortis do controle indireto da OSX Construção Naval; dentre outras causas de vencimento antecipado.

O Plano de Recuperação Judicial da Companhia prevê a destinação das receitas auferidas pela Companhia, que estão subordinadas ao pagamento de (i) todos os custos e despesas, diretos e indiretos, de operação e manutenção da área cedida à OSX com exploração de suas atividades; (ii) o aluguel corrente devido à Prumo pela

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

cessão de direito de uso da área do Porto do Açu; (iii) despesas gerais e administrativas da Companhia; (iv) o aluguel diferido devido à Prumo; e (v) o pagamento integral dos créditos decorrentes da subscrição das Debêntures DIP. Após quitação dos referidos créditos, as receitas geradas pela Companhia a partir da exploração da área do Porto do Açu serão destinada à amortização das parcelas mensais do crédito decorrente do Contrato CEF.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

vide item 10.1.f

(i) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017:

	Consolidado		Δ Consolidado
	31/12/17	31/12/16	
Receita operacional bruta	11.109	1.203	9.906
Deduções da receita bruta	(480)	(110)	(370)
Receita de venda de bens e/ou serviços	10.629	1.093	9.536
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-	(7.330)	7.330
Resultado bruto	10.629	(6.237)	16.866
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(172.213)	(558.602)	386.389
Despesas com opção de ações outorgadas	-	(1.085)	1.085
Despesas com depreciação e amortização	(3.557)	(3.888)	331
Gastos com implantação	-	-	-
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	-	-	-
Obrigação de garantia com partes relacionadas			
Avaliação ao valor justo de propriedade para investimento	85.579	21.674	63.905
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)	(3.187)	(391.631)	388.444
	(93.378)	(933.532)	840.154
Resultado de equivalência patrimonial	(984)	(24.183)	23.199
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(83.733)	(963.952)	880.219
Resultado financeiro			-
Receitas financeiras	3.071	11.691	(8.620)
Despesas financeiras	(397.652)	(518.430)	120.778
Instrumentos derivativos	-	-	-
Variação cambial, líquida	(24.343)	(3.644)	(20.699)
	(418.924)	(510.383)	

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			91.459
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(502.657)	(1.474.335)	971.677
Imposto de renda e contribuição social corrente	(40)	(32)	(8)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-
Resultado de ativo disponível para venda	-	-	-
Prejuízo líquido do período	(502.697)	(1.474.367)	971.670
Atribuído aos acionistas não controladores:	(795)	(1.328)	533
Atribuído aos acionistas controladores:	(501.902)	(1.473.039)	971.137
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	(159,43)	(467,92)	308,49

Receita Líquida: Em 2017, a receita líquida total da OSX somou R\$ 10,6 milhões, com aumento de 89% em comparação ao ano anterior. Em 2016, a receita líquida total da OSX somou R\$1 milhão.

Custos: A redução de R\$7,3 milhões (100%) nos custos, quando comparado o ano de 2017 frente ao ano de 2016.

Administrativas e gerais: Essas despesas totalizaram R\$172 milhões em 2017, representando uma redução de 224% com relação ao ano anterior. A redução é basicamente referente a serviços de terceiros, relacionado a despesas com gerenciamento de projetos (+380M) e materiais, referente a baixa de estoques do projeto PLSV (96M).

Outras Receitas/Despesas Operacionais: No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia identificou os seguintes indicativos de *valuation* R\$85 milhões na UCN Açu.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2017, a OSX registrou prejuízo de R\$ 984 milhões em equivalência patrimonial oriunda do ajuste do percentual de participação na UCN Açu.

Receitas financeiras: As receitas financeiras somaram R\$ 3 milhões frente aos R\$ 11 milhões do ano anterior.

Despesas financeiras: As despesas financeiras diminuíram para R\$ 398 milhões, frente ao montante de R\$519 milhões em 2016, a variação se justifica pela contabilização de R\$28 milhões de juros sobre fiança e R\$6 milhões referente a eliminação de receita de juros dos mútuos com as pessoas ligadas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Instrumentos derivativos: Em 2017 e 2016 a Companhia não tinha posições de Hedge.

Imposto de renda e contribuição social corrente: O montante total de R\$ 40 mil foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2017 pela OSX Serviços Gerais.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 2017 e 2016 não constituímos Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Resultado do Período: O prejuízo da Companhia foi de R\$502 milhões em 2017, variando negativamente em R\$971 milhões em relação ao ano anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$ 1.473 bilhões.

(ii) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2016 para 31 de dezembro de 2017:

Ativo	Consolidado		Δ Consolidado
	31/12/2017	31/12/2016	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.906	890	1.016
Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-
Caixa restrito	-	-	-
Clientes	2.524	1.183	1.341
Adiantamentos diversos	3.804	23.340	(19.536)
Estoques	-	4.858	(4.858)
Tributos a recuperar	-	-	-
Despesas antecipadas	677	1.185	(508)
Ativos destinados a venda	-	-	-
Depósitos judiciais	512	76	436
Outros Créditos	-	-	-
	<u>9.423</u>	<u>31.532</u>	<u>(22.109)</u>
Não Circulante Realizável a longo prazo			
Clientes	-	-	-
Depósito vinculado	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-
Adiantamentos Diversos	-	2	(2)
Despesas antecipadas	-	-	-
Tributos a recuperar	48.296	50.916	(2.620)
Outros contas a receber	1.653	1.653	-
IR e CSLL diferidos	-	-	-
	<u>49.949</u>	<u>52.571</u>	<u>(2.622)</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Investimentos	3.872	4.852	(980)
Propriedade para investimento	1.677.691	1.592.112	85.578
Imobilizado	1.944	2.791	(847)
Intangível	906	3.626	(2.720)
	<u>1.734.362</u>	<u>1.655.952</u>	<u>78.410</u>
	<u>1.743.785</u>	<u>1.687.484</u>	<u>56.300</u>

Ativo Circulante:

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo aumentou em aproximadamente R\$1 milhão entre 2016 e 2017. O aumento se deu por conta da venda de parte dos ativos não circulantes.

Clientes: O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2017 é aproximadamente R\$2,5 milhões.

Ativo Não-Circulante:

Tributos a recuperar: Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

Investimentos: o valor do investimento em 2017 era de aproximadamente R\$ 3.872 milhões, em razão da atualização da equivalência patrimonial.

Propriedade para investimentos: em 2017, o valor era de aproximadamente R\$ 1.677 milhões, em razão de aumento do *valuation* de 2017 em relação ao ano anterior.

Imobilizado: o valor do imobilizado em 2017 era de R\$1,9 milhões, representando uma diminuição de R\$847 mil na comparação com 2016.

Passivo Circulante:

Obrigações Sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2017, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) R\$ 350 mil referentes a salários, encargos sobre

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

folha de pagamento e (ii) R\$ 186 mil referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$ 536 mil.

Fornecedores: A variação verificada nesta rubrica em 2017 comparado ao ano anterior é justificada pelo reconhecimento dos alugueis do terreno do Açú, conclusão da primeira fase prevista no Plano de Recuperação Judicial, atualização da dívida concursal e extraconcursal e a variação cambial.

Obrigações fiscais: O saldo registrado em 2017 era de aproximadamente R\$137 milhões frente a aproximadamente R\$113 milhões em 2016. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se a: (i) R\$4,1 milhões de INSS (ii) R\$8,5 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$7,6 milhões de IRPJ; (iv) R\$1,9 milhões de CSLL e (v) R\$2,3 de outras obrigações fiscais.

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante): A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2017 e 2016, foi no valor de R\$351 milhões considerando as Debentures, e de R\$116 milhões considerando apenas as operações de empréstimos.

Adiantamento de Clientes: O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$12 milhões é oriundo principalmente dos clientes Porto do Açú Operações S.A., no valor de R\$10 milhões, e Eletroaço, no valor de R\$2 milhões.

Patrimônio Líquido: Em 2016, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$3,0 bilhões e passou para R\$3,5 bilhões em 2017, que representa um aumento de R\$483 milhões. Esta variação refere-se a: (i) prejuízo líquido do período atribuído ao acionista não controlador de R\$3 bilhões e (ii) ajustes de conversão da controlada OSX GMBH, cuja moeda funcional é dólar, no montante de R\$1,7 milhões.

(iii) Principais variações nas Demonstrações de Resultado Consolidadas de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016:

	Consolidado		Δ Consolidado
	31/12/16	31/12/15	
Receita operacional bruta	1.203	195.752	(194.549)
Deduções da receita bruta	(110)	(7.046)	6.936
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.093	188.706	(187.613)
			-
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(7.330)	(199.916)	192.586

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Resultado bruto	(6.237)	(11.210)	4.973
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	(558.602)	(29.344)	(529.259)
Despesas com opção de ações outorgadas	(1.085)	-	(1.085)
Despesas com depreciação e amortização	(3.888)	(4.174)	286
Gastos com implantação	-	-	-
Provisão para redução do valor recuperável	21.674	478.658	(456.984)
Provisão para investimento com patrimônio líquido negativo	-	-	-
Obrigação de garantia com partes relacionadas			
Outras (despesas) receitas operacionais (líquida)	(391.631)	(819.590)	427.959
	<u>(933.532)</u>	<u>(374.450)</u>	<u>(559.082)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(24.183)	(2.438)	(21.745)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(963.952)	(388.098)	(575.854)
Resultado financeiro			-
Receitas financeiras	11.691	17.894	(6.203)
Despesas financeiras	(489.918)	(229.642)	(260.276)
Instrumentos derivativos	-	-	-
Variação cambial, líquida	(3.644)	(23.113)	19.469
	<u>(481.871)</u>	<u>(234.861)</u>	<u>(247.010)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.445.823)	(622.959)	(822.864)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(32)	(26)	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-
Resultado de ativo disponível para venda	-	-	-
Prejuízo líquido do período	<u>(1.445.855)</u>	<u>(622.985)</u>	<u>(822.870)</u>
Atribuído aos acionistas não controladores:	(42.910)	(7.471)	(35.439)
Atribuído aos acionistas controladores:	(1.402.945)	(615.514)	(787.431)
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	(0,4457)	(0,0020)	(0,4437)

Receita Líquida: Em 2016, a receita líquida total da OSX somou aproximadamente R\$1,093 milhões, com redução de 99% em comparação ao ano anterior. Em 2015, a receita líquida total da OSX somou aproximadamente R\$188 milhões. A receita de 2016 incluiu principalmente o contrato de locação da área no Açú.

Custos: A redução de aproximadamente R\$193 milhões (96%) nos custos, quando comparado o ano de 2016 frente ao ano de 2015, reflete a conclusão do projeto PLSV e encerramento do contrato de O&M da OSX1 com a OGX.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Administrativas e gerais: Essas despesas totalizaram R\$559 milhões em 2016, representando um aumento de 1804% com relação ao ano anterior. O aumento é basicamente referente a serviços de terceiros, relacionado a despesas com gerenciamento de projetos e materiais de aproximadamente R\$ 360 milhões e a baixa do projeto PLSV de aproximadamente R\$ 96 milhões.

Outras Receitas/Despesas Operacionais: No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia identificou os seguintes indicativos de *impairment* de aproximadamente R\$21,7 milhões na UCN Açu.

Resultado de Equivalência Patrimonial: Em 2016, a OSX registrou prejuízo de aproximadamente R\$24,2 milhões em equivalência patrimonial oriunda da joint venture Integra Offshore Ltda.

Receitas financeiras: As receitas financeiras somaram aproximadamente R\$11,7 milhões frente aos R\$17,9 milhões do ano anterior.

Despesas financeiras: As despesas financeiras aumentaram para aproximadamente R\$490 milhões, frente ao montante de R\$230 milhões em 2015, a variação se justifica pela baixa de R\$184 milhões de juros capitalizados no imobilizado e R\$55 milhões referente à reversão de receita de juros dos mútuos com as *Offshores*.

Instrumentos derivativos: Em 2016 e 2015 a companhia não tinha posições de Hedge.

Imposto de renda e contribuição social corrente: O montante total de R\$ 26 mil foi constituído sobre lucro tributável apurado no exercício de 2015 pela OSX Brasil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos: Em 2016 e 2015 não constituímos Imposto de renda e contribuição social diferidos.

Resultado do Período: O prejuízo da Companhia foi de aproximadamente R\$1,4 bilhões em 2016, variando negativamente em aproximadamente R\$857 milhões em relação ao ano anterior, quando a OSX apresentou prejuízo de R\$623 milhões.

(ii) Principais variações no Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2015 para 31 de dezembro de 2016:

Ativo	Consolidado		<u>Δ Consolidado</u>
	31/12/2016	31/12/2015	
Circulante			

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa	890	8.825	(7.935)
Ativo financeiro disponível para venda	-	-	-
Caixa restrito	-	-	-
Clientes	1.183	24.275	(23.092)
Adiantamentos diversos	23.340	17.821	5.519
Estoques	4.858	826	4.032
Tributos a recuperar	-	-	-
Despesas antecipadas	1.185	1.323	(138)
Ativos destinados a venda	-	-	-
Depósitos judiciais	76	-	76
Outros Créditos	-	81.004	(81.004)
	<u>31.532</u>	<u>134.074</u>	<u>(102.542)</u>
Não Circulante Realizável a longo prazo			
Clientes	-	-	-
Depósito vinculado	-	-	-
Partes relacionadas	-	1.578	(1.578)
Adiantamentos Diversos	2	-	2
Despesas antecipadas	-	-	-
IR e CSLL diferidos	-	-	-
Tributos a recuperar	50.916	64.717	(13.801)
Outros contas a receber	1.653	1.634	19
	<u>52.571</u>	<u>67.929</u>	<u>(15.358)</u>
Investimentos	4.852	29.886	(25.034)
Imobilizado	1.594.903	1.574.360	20.543
Intangível	3.626	6.420	(2.794)
	<u>1.655.953</u>	<u>1.678.596</u>	<u>(22.643)</u>
	<u>1.687.484</u>	<u>1.812.670</u>	<u>(125.186)</u>

Ativo Circulante:

Caixa e Equivalentes de Caixa: O saldo diminuiu em aproximadamente R\$7,9 milhões entre 2015 e 2016. A redução se deu por conta do encerramento dos contratos do PLSV.

Clientes: O saldo da conta de clientes em 31 de dezembro de 2016 é de aproximadamente R\$1,2 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Tributos a recuperar: Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

Ativo Não-Circulante:

Tributos a recuperar: Os créditos tributários da Companhia são compostos, basicamente, por saldo negativo de exercícios anteriores e retenções de terceiros. A Companhia tem a expectativa de realização de todo o saldo, através de compensações com outros impostos federais e por pedido de restituição protocolado junto a receita federal, conforme previsto em lei.

Investimentos: o valor do investimento em 2016 era de aproximadamente R\$ 4.852 milhões, em razão da atualização da equivalência patrimonial.

Imobilizado: O valor do imobilizado em 2016 era de R\$1,6 bilhões, representando um aumento de R\$20.543,00 na comparação com 2015.

Passivo Circulante:

Obrigações Sociais e trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2016, as obrigações sociais e trabalhistas eram compostas por (i) aproximadamente R\$ 320 mil referentes a salários, encargos sobre folha de pagamento e a rescisões contratuais a pagar; e (ii) aproximadamente R\$ 211 mil referentes a provisão de férias e 13º salário, totalizando o montante de R\$ 531 mil.

Fornecedores: A variação verificada nesta rubrica em 2016 comparado ao ano anterior é justificada pelo reconhecimento dos alugueis do terreno do Açú, conclusão da primeira fase prevista no Plano de Recuperação Judicial, atualização da dívida concursal e extraconcursal e a variação cambial.

Obrigações fiscais: O saldo registrado em 2016 era de aproximadamente R\$ 112,8 milhões frente a aproximadamente R\$ 90,9 milhões em 2015. Esta rubrica é composta por impostos a recolher pela Companhia e suas controladas, e sua principal variação entre os períodos refere-se a: (i) aproximadamente R\$ 43,3 milhões de INSS (ii) R\$ 35,5 milhões de PIS/COFINS; (iii) R\$ 16,0 milhões de IRPJ; (iv) R\$ 4,5 milhões de CSLL e (v) R\$ 13,3 de outras obrigações fiscais.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Empréstimos e Financiamentos (Circulante e Não Circulante): A variação dos empréstimos e financiamentos entre 2016 e 2015, foi no valor de R\$426,1 milhões considerando as Debentures, e de R\$105,1 milhões considerando apenas as operações de empréstimos.

Adiantamento de Clientes: O saldo de adiantamento de clientes em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 11,4 milhões é oriundo principalmente dos clientes Porto do Açu Operações S.A., no valor de R\$ 10 milhões, e Eletroaço, no valor de R\$ 1,4 milhões.

Patrimônio Líquido: Em 2015, o patrimônio líquido consolidado da Companhia era de R\$ 2,3 bilhões e passou para R\$ 3,0 bilhões em 2016, que representa um aumento de aproximadamente R\$ 700 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$10,6 milhões, relacionadas ao contrato de locação da área no Porto do Açu.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$1,1 milhões, relacionadas ao contrato de locação da área no Porto do Açu.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou receita de aproximadamente R\$ 188,7 milhões, referentes ao segmento de Construção Naval.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foi negativo em aproximadamente R\$ 84 milhões, devido, notadamente, à provisão de contingências fiscais e reconhecimento dos aluguéis da Prumo.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2016 foi negativo em aproximadamente R\$ 964 milhões, devido à equivalência patrimonial oriunda da Desconsolidação, baixa de juros decorrentes de contratos de mútuo e de debêntures detidas pela Companhia.

O resultado operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em aproximadamente R\$ 388 milhões, devido às perdas pela não recuperabilidade de ativos, pela baixa de ativos realizadas ao longo do ano, que refletem os cancelamentos de contratos com a OGpar, principal cliente da OSX; bem como pela desconsolidação contábil das subsidiárias da Companhia no exterior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a Companhia apresentou receita conforme descrito no item 10.2 (a) (i).

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2016 e 2017, respectivamente, o resultado financeiro líquido da Companhia foi impactado por variações cambiais na taxa de câmbio, decorrentes da existência de passivos em dólares americanos, expressos em reais.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras*****a. Introdução ou alienação de segmento operacional***

Para 2017 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais da Companhia não refletida nas demonstrações financeiras.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve evento ou operação não usual não refletida nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor*****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis***

As Demonstrações Financeiras Consolidadas dos períodos findos em de 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

Para as demonstrações financeiras apresentadas em 2017, 2016 e 2015, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para as demonstrações financeiras apresentadas em 2017, 2016 e 2015, a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 2017 foi emitido com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, fundada nas seguintes bases reproduzidas abaixo:

“Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Fornecedores**

A Companhia e suas controladas apresentavam em 31 de dezembro de 2017 os montantes de R\$ 33.151 mil (R\$ 32.972 mil em 2016) e R\$ 950.810 mil (R\$ 920.681 mil em 2016) na controladora e no consolidado, respectivamente na rubrica de Fornecedores, o qual refere-se aos credores habilitados no plano de recuperação judicial, deferido em 26 de novembro de 2013. Até o encerramento de nossos trabalhos não nos foram apresentadas informações atualizadas referentes aos valores dos créditos que se alteraram em razão de apresentação de divergência ao Administrador Judicial e por sentença em processo de impugnação. A ausência dessas informações constitui-se em limitação do escopo de nossos trabalhos, não sendo possível avaliar a existência de possíveis perdas relacionadas ao quadro geral de credores. Não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil dos fornecedores relativos ao plano de recuperação judicial e dos possíveis impactos no resultado do exercício da Companhia e suas controladas. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustar estes valores.

Mútuos com Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuíam operações de mútuo entre elas, com a incidência do IOF sobre operações de crédito concedidas por pessoas jurídicas não financeiras cuja alíquota aplicável é de 0,0041% ao dia, conforme determina o Decreto nº 6.306/07. Observamos que a Companhia e suas controladas não tem reconhecido o referido IOF sobre todas as operações de mútuo ocorridas. Não foi possível aplicar procedimentos alternativos de auditoria, de forma a concluir sobre a adequação do referido saldo em 31 de dezembro de 2017. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se há necessidade de efetuar ajustes no saldo de impostos a recolher, assim como os possíveis impactos na demonstração do resultado.

Impostos diferidos sobre a propriedade para investimento

A Companhia e suas controladas apresentavam o montante de R\$ 1.677.691 mil (R\$ 1.592.111 mil em 2016) aplicados em propriedade para investimento, mensurados pelo método do valor justo. A NBC TG 32 (R4) determina que um ativo ou passivo fiscal diferido seja reconhecido tendo em vista que a recuperação futura do valor contábil resultará em fluxo tributável de benefícios econômicos para a entidade, e o valor, que será dedutível para fins

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

fiscais, difere do valor daqueles benefícios econômicos. A diferença entre o valor contábil de ativo reavaliado e sua base fiscal é uma diferença temporária. A Companhia e suas controladas não reconheceram o passivo fiscal diferido referente à valorização da propriedade para investimento.

Declaração da Diretoria

A Diretoria entende que a opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras por parte dos auditores decorre, como justificado pelo próprio auditor, do cenário de incertezas associados ao sucesso do plano de recuperação judicial.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores relatados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos posteriores afetados. As informações sobre premissas e estimativas que poderão resultar em ajustes dentro do próximo exercício financeiro estão assim apresentadas:

1) Provisões para contingências

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos nos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida.

2) Instrumentos financeiros

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pela Administração da Companhia por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

3) Valor justo dos instrumentos financeiros

O conceito de valor justo prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, caso contrário.

A Administração da Companhia entende que suas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e instrumentos derivativos estão enquadrados no nível II da hierarquia de valor justo, onde dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no nível I são extraídos do modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

4) Depreciação e Amortização - vidas úteis e taxas e testes de *impairment*

Os ativos imobilizados associados às atividades da Companhia são depreciados e amortizados pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 10 - Imobilizado (Demonstrações Financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2017) e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e os respectivos valores residuais. Quanto ao teste de *Impairment*, os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Desta forma os saldos recuperáveis dos ativos registrados em nossas demonstrações financeiras podem divergir significativamente, daquele que poderá ser observado no futuro.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A OSX não mantém quaisquer operações, contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos em empresas não consolidadas ou outras operações passíveis de gerar um efeito significativo, presente ou futuro, em sua situação financeira e mudanças em sua situação financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, gastos com capital ou recursos de capital, não registradas no balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia além dos constantes de seu balanço patrimonial e dos descritos no item acima.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Vide item 10.6

b. Natureza e o propósito da operação

Vide item 10.6

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Vide item 10.6

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

c. Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; e (iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Retrospectiva da Recuperação Judicial da Companhia

No dia 08 de janeiro de 2015 foi homologado o plano de recuperação judicial da OSX Brasil e de suas subsidiárias OSX Construção Naval e OSX Serviços Operacionais.

Tal como o ano de 2015, os anos de 2016 e 2017 foram marcados pela execução do plano de recuperação judicial, com uma administração focada na redução de custos e cumprimento das premissas do plano de recuperação judicial.

A íntegra do plano de recuperação judicial está disponível no website de Relações com Investidores da OSX (ri.osx.com.br).

- Cumprimento do plano de recuperação judicial

Em 03 de agosto de 2015 a OSX Construção Naval, como premissa ao processo de readequação do plano de negócios da UCN e em cumprimento ao plano de recuperação judicial, celebrou com a Prumo o Contrato de Gestão, para implementação da melhor estrutura jurídica e operacional para exploração e desenvolvimento da UCN Açu.

Em conformidade com o plano de recuperação judicial, a Companhia celebrou, em 18 de dezembro de 2015, o “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em 8 (oito) Séries, da OSX Construção Naval S.A. - Em Recuperação Judicial”, com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, e a Companhia, na qualidade de fiadora (“Escritura de Emissão”), por meio do qual emitirá até 215.000 (duzentas e quinze mil) debêntures simples, em 8 (oito) séries, no valor total agregado de até R\$2.150.000.000,00 (dois bilhões cento e cinquenta milhões de reais) (“Debêntures”).

A Escritura de Emissão representa um financiamento extraconcursal (“Financiamento DIP”), previsto no plano de recuperação judicial, para assegurar a manutenção das atividades das Recuperandas, visando (i) obter novos recursos junto a seus credores concursais e/ou credores extraconcursais aderentes ao plano de recuperação judicial que tiverem interesse em participar no financiamento das Recuperandas e (ii) novar créditos concursais e/ou extraconcursais desses credores participantes do Financiamento DIP. As referidas debêntures foram liquidadas em 29 de janeiro de 2016.

A Companhia concluiu a construção do navio lançador de linhas flexíveis PLSV denominado Sapura Esmeralda, encomendado pela Sapura Navegação Marítima S.A. (“Sapura”), e em 21 de dezembro de 2015, celebrou o Termo de Entrega e Aceitação, no qual a Sapura aceitou a entrega e assumiu a titularidade da Embarcação.

Em 01 de dezembro de 2016, a Companhia celebrou com a Prumo um contrato de aluguel que prevê uma remuneração mensal de R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais) em troca da locação da principal área molhada do Porto do Açu pelo prazo de 20 anos.

Paralelamente, a Prumo continua obrigada pelo Contrato de Gestão a obter novos clientes, objetivando a geração de recursos para que a Companhia tenha condições de saldar seus compromissos financeiros junto aos credores do plano de recuperação judicial.

No primeiro trimestre de 2017, os esforços no sentido de reduzir os custos operacionais no contexto da recuperação judicial foram intensificados.

Em 5 de fevereiro de 2018, o Conselho da Administração deliberou pela manutenção da Companhia em recuperação judicial e, posteriormente a Companhia apresentou ao Juízo tal pedido.

- Alienação de outros bens do ativo permanente

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A OSX poderá promover a alienação e oneração de bens que integram seu ativo permanente, conforme autorizado expressamente pelo juízo da recuperação judicial, observados os limites estabelecidos na lei de falências, no plano de recuperação judicial e nos demais contratos em vigor celebrados pelo Grupo OSX com os credores não sujeitos presente recuperação judicial.

- Reestruturação societária

A OSX poderá, ainda, promover a reestruturação societária do Grupo OSX, de forma a obter a estrutura societária mais adequada para o desenvolvimento de suas atividades tal como redimensionadas no contexto da recuperação judicial e do seu plano de negócios decorrente da implementação do plano de recuperação judicial, sempre no melhor interesse do Grupo OSX e visando ao sucesso da recuperação judicial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações que a Diretoria da Companhia considera relevantes e pertinentes a esta seção foram apresentadas nos itens acima.